



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBACAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

KARLA ROSANA DE OLIVEIRA BARBOSA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DO CAMPO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS PARA USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO NO
CONTEXTO DA COVID-19**

**GUARABIRA-PB
2020**

KARLA ROSANA DE OLIVEIRA BARBOSA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DO CAMPO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS PARA USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO NO
CONTEXTO DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para à obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da Educação e Formação Docente.

Orientador: Prof. ^a Ma. Livia Maria Serafim Duarte Oliveira

**GUARABIRA-PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238f Barbosa, Karla Rosana de Oliveira.
Formação continuada de educadores do campo [manuscrito] : desafios e perspectivas para uso das novas tecnologias da educação no contexto da Covid-19 / Karla Rosana de Oliveira Barbosa. - 2020.
22 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2020.
"Orientação : Profa. Ma. Livia Maria Serafim Duarte Oliveira, Departamento de Educação - CH."
1. Educação do Campo. 2. Formação Continuada. 3. Tecnologias da Educação. 4. Covid-19. I. Título
21. ed. CDD 370.11

KARLA ROSANA DE OLIVEIRA BARBOSA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DO CAMPO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS PARA USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO NO
CONTEXTO DO COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para à obtenção do título de graduanda em Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da Educação e Formação Docente.

Aprovada em: **02/12/2020**.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ma. Lívia Maria Serafim Duarte Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Ma. Francineide Batista de Sousa Pedrosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Ma. Sheila Gomes de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

**GUARABIRA-PB
2020**

A Deus sob todas as coisas.

DEDICO

RESUMO

A continuidade ao processo de aprendizagem, bem como organizar, planejar e executar novas oportunidades de aprendizagens para os estudantes em atividades não presenciais, tornou-se uma realidade corrente em nosso País. A questão norteadora versa em reconhecer: quais os desafios e prerrogativas para o uso das novas tecnologias da Educação no contexto da Covid-19 no âmbito da formação continuada de educadores/as do campo? Neste sentido, o objetivo geral deste artigo visa discutir a formação de educadores/as do campo a partir de seus desafios e perspectivas para o uso das novas tecnologias da Educação no combate a Covid-19. Os objetivos específicos são: Refletir sobre o uso das tecnologias da Educação nas escolas do campo apontando conceitos, políticas, desafios e perspectivas; Reflexionar a necessidade da formação continuada do campo para as tecnologias da educação; Analisar o uso das tecnologias da educação no contexto da Covid-19 nas escolas do campo. Através da pesquisa bibliográfica e documental, foram trabalhados conceitos, ideias e documentos norteadores, importantes para compreensão da temática, dentre os principais autores destacam-se: Calazans (1993); Caldart (2014); Munarim (2016); Rosa (2008); Rodrigues e Bonfim (2017); Scarpari (2014); Silva (2012); Takahashi (2000); Travessini (2015); BNCC; LDB; PCN e PNE. Contudo, compreender os processos que levam a formação continuada do professor, especialmente, do professor da Educação do Campo frente as novas metodologias de ensino impostas pela realidade da Covid-19, foram fundamentais para compreender e despertar o interesse do potencial de contribuição para uma educação de mais qualidade e com ação prioritária no resgate social.

Palavras-chaves: Educação do Campo. Formação Continuada. Tecnologias da Educação. Covid-19.

ABSTRACT

The continuity of the learning process, as well as organizing, planning and executing new learning opportunities for students in non-classroom activities, has become a current relationship in our country. The guiding question is to recognize: what are the challenges and prerogatives for the use of new education technologies in the context of Covid-19 in the context of continuing education for rural educators? In this sense, the general objective of this monograph is to discuss the training of rural educators from their challenges and perspectives for the use of new Education technologies in the fight against Covid-19. The specific objectives are: Reflect on the use of Education technologies in rural schools, pointing out concepts, policies, challenges and perspectives; Reflect the need for continuing education in the field for education technologies; Analyze the use of education technologies in the context of Covid-19 in rural schools. Through bibliographic and documentary research, guiding concepts, ideas and documents, important for understanding the theme, were worked out. Among the main authors, the following stand out: Calazans (1993); Caldart (2014); Munarim (2016); Rosa (2008); Rodrigues and Bonfim (2017); Scarpari (2014); Silva (2012); Takahashi (2000); Travessini (2015); BNCC; LDB; PCN and PNE. However, to understand the processes that lead to the continuing education of the teacher, especially the teacher of Education in the Countryside in the face of the new teaching methodologies imposed by the reality of Covid-19.

Keywords: Rural Education. Continuing Education. Education Technologies. Covid-19.

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE- Plano Nacional da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O USO DAS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	9
3 A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DO CAMPO PARA AS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO	11
4 O USO DAS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA COVID-19 NAS ESCOLAS DO CAMPO	15
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

A formação docente surge como um despertar na educação, e assim, como destaque da presente pesquisa, surge os preceitos que definem mais estudos voltados a realidade educacional e da formação do professor, a motivação pela aprendizagem que vem sendo auxiliada pela tecnologia que socializou ainda mais o acesso dessas pessoas aos diversos meios sociais aos quais todos estão inseridos.

Contudo, a importância de mais investimentos na área educacional para crianças e jovens, tem recebido diversas indagações, na luta pela inclusão tecnológica e as melhorias na qualidade do ensino no Brasil.

Não obstante, aulas que incentivem pesquisa ou que tratem de uso de tecnologias de informação também tem seu caráter positivo e ainda não está em alta, de um modo geral, dentro da esfera escolar.

Sendo assim, a questão norteadora: quais os desafios e prerrogativas para o uso das novas tecnologias da Educação no contexto da Covid-19 no âmbito da formação continuada de educadores/as do campo?

Neste sentido, o objetivo geral deste estudo está em discutir a formação de educadores/as do campo a partir de seus desafios e perspectivas para o uso das novas tecnologias da Educação no combate a Covid-19. Os objetivos específicos são: a) Refletir sobre o uso das tecnologias da Educação nas escolas do campo apontando conceitos, políticas, desafios e perspectivas; b) Reflexionar a necessidade da formação continuada do campo para as tecnologias da educação; c) Analisar o uso das tecnologias da educação no contexto da Covid-19 nas escolas do campo.

O trabalho justifica-se a luz de autores que debatem a realidade da educação em meio ao contexto da Covid-19, bem como a reflexão sobre o uso das tecnologias tornou-se essencial para o alcance do aluno. Nesse sentido, surgiu um projeto que procurou expor as necessidades recorrentes da Pandemia e assim atender a professores e alunos da melhor forma possível.

A metodologia apresentada neste estudo configura-se como qualitativa em educação, como bem define Vilela (2014), “a pesquisa qualitativa tem como principal objetivo interpretar o fenômeno que observa. Seus objetivos são: a observação, a descrição, a compreensão e o significado” (p. 23).

Ainda apresentamos inicialmente uma abordagem exploratória que segundo Allwright (2006) sendo assim a pesquisa exploratória “é sim um conjunto de princípios para entender a complexidade do ambiente em que alunos e professores estão” (ALLWRIGHT, 2006, p. 01).

Frente a caracterização do estudo bibliográfico e documental apresentamos os seguintes autores e documentos oficiais: Calazans (1993); Caldart (2014); Munarim (2016); Rosa (2008); Rodrigues, Bonfim (2017); Scarpari (2014); Silva (2012); Takahashi (2000); Travessini (2015), estes autores, bem como os documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Plano Nacional da Educação.

Este artigo se estrutura em 5 itens. No primeiro item apresentamos os aspectos introdutórios neste estudo. No segundo item intitulado “O uso das tecnologias da educação nas escolas do campo: conceitos, políticas, desafios”, que debatem os objetivos destacados acima: revelando a necessidade da formação continuada de educadores do campo para o uso das tecnologias da educação, as perspectivas quanto a conceitos, políticas e desafios.

No terceiro item “A necessidade da formação continuada de educadores do campo para as tecnologias da educação”, reconhecendo o uso das tecnologias da

educação no contexto da educação do campo e como essas estratégias estão sendo desenvolvidas durante este período da Covid-19 nas escolas do campo.

No quarto item “O uso das tecnologias da educação no contexto da Covid-19 nas escolas do campo”, assim, discutindo como as escolas adotaram novos métodos e ações de uma educação que está em constante processo de transformação, através de metas e estratégias para a continuidade do ensino de modo remoto, uso da tecnologia por todas as escolas (rural e urbana), a escola procurou adaptar suas estratégias de ensino visando o melhor aproveitamento dos preceitos pedagógicos e da adaptação escolar de nossos alunos.

No quinto item apresentamos as nossas considerações finais para este estudo. Portanto, destacou-se que o uso das Tecnologias da Educação nas escolas do campo ainda precisam ser mais efetivas no que concerne o alcance do processo de ensino e aprendizagem.

Uma vez que conceitos, políticas, desafios e perspectivas, ainda necessitam ser alcançadas, revelando a necessidade da formação continuada de educadores do campo para que assim, possam inserir em seu rol teórico e prático o uso das tecnologias da educação dentro da realidade da escola, do professor e do aluno, devendo ser um referencial de prática pedagógica e das lutas sociais e educacionais no campo.

2 O USO DAS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O uso das tecnologias poderão criar canais de acompanhamento aos alunos pelos professores na realização das atividades, um exemplo da indicação de aulas e/ou documentários no Youtube, sites informativos, etc.; a indicação de obras paradidáticas e/ou literárias em formato PDF para leitura/estudo (online). Bem como, poderam rever sempre a necessidade do currículo escolar mais amplo, com maiores oportunidades de ensino, tanto da zona urbanas quanto rurais, em que as sequências didáticas, estudos dirigidos, pesquisas, entrevistas, experiências, simulações, etc., sempre estejam conformidade com a realidade de cada escola e com as ferramentas disponíveis.

Criar canais de monitoramento para o Plano de Ação foi uma estratégia em que os professores deverá está em contato com os pais via celulares; os mesmos criaram grupos online para fins estritamente pedagógicos, com informes semanais e diários sobre as atividades a serem desenvolvidas.

Desenvolver estratégias pedagógicas que possibilitem a interação entre escola, família e alunos. A utilização desse recurso didático aparece como uma evidência sólida no processo de ensino aprendizagem, com poder de colaborar tanto ao docente, em seu exercício profissional, quanto para o discente, na construção de vetores éticos, conforme podemos descrever nos Eixos da BNCC:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.” (BNCC, 2019, s/p.)

Defendemos que a aplicação de novos recursos tecnológicos, como sugerido por nós, através de planejamento, pode trazer resultados positivos quanto a participação do aluno bem como abrir espaço para aperfeiçoamento de vetores transversais, como os discutidos pelos documentos oficiais de educação do Brasil, a valer BNCC (BRASIL, 2019).

O que se precisa entender é que precisamos educar não apenas para crescer, mas também, e fundamentalmente, para pensar, repensar, criar, modificar, transformar, desenvolver o aluno através de práticas de ensino que privilegiem de forma crítica, produtiva e criativa, rompendo com os paradigmas tradicionais incutidos na educação, que se refere apenas ao professor como um mentor que repassa os conhecimentos e o aluno como um depósito que se incute conhecimentos e dá o retorno em provas e exercícios.

Em nossa educação, os novos paradigmas proporcionam novas formas de ensino, dessa forma, a introdução de novos recursos tecnológicos no ensino presencial e agora remoto, é uma forma de elevar os conhecimentos do aluno e a interação dos mesmos.

Tais reflexões confirmam que o ambiente e a mediação do educador são fortes aliados no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, bem como no desenvolvimento cognitivo, social e motor dos mesmos, como também do raciocínio lógico.

A tecnologia atualmente aplicada nas escolas do campo, por exemplo, são muito relacionadas a chegada da internet nas escolas, porém, a mesma se está disponível para a secretaria da escola, em um único computador e impressora disponível para todos, ou melhor, para os profissionais da escola, não é uma realidade recorrente aos alunos. Neste sentido, “a educação do campo se fortalece por meio de uma rede social composta pelos sujeitos coletivos que trabalham com educação do campo e que dele se aproximam” (SOUZA, 2006, p.1098).

Se a internet estivesse a disposição dos alunos, creio que proporcionaria a eles uma autonomia cognitiva e social do indivíduo, trazendo a tona a sua capacidade de realizar ações e incumbir o indivíduo de um fator intrínseco na sociedade, o de expor o uso das tecnologias em sua aprendizagem e assim, destacando o que existe dentro de cada um. Arroyo (2013) enfatiza que:

A utilização das tecnologias digitais na educação do campo vemos que as crianças e jovens chegam às escolas com experiências de vida extremas, retratadas em suas vozes, falas, corpos, linguagens e culturas. O que nos leva a refletir sobre a problematização do papel das tecnologias digitais nas escolas do campo que demanda dois movimentos importantes: primeiro, conhecer e legitimar as reivindicações dos atores aos quais se voltam essas propostas. Segundo, buscar o conhecimento já acumulado sobre o papel das tecnologias na educação, seja no contexto das escolas do campo, onde as abordagens são ainda incipientes, como também nas escolas da cidade (ARROYO, 2013, p. 23).

Neste sentido, a intervenção através das tecnologias a disposição do ensino remoto deu-se pelo fato do mesmo apresentar alternativas que proporcionaram aos alunos encontrar os resultados de forma mais fácil mediante a atual situação de nossa sociedade.

A aceitação pelos alunos não foi satisfatória, apesar de muitas das atividades terem sido elaboradas visando o bem estar do aluno, o alcance não foi o esperado. Quanto ao trabalho desenvolvido pelo professor via WhatsApp no momento de aplicação da atividade e aulas remotas, mostrou que com comprometimento e

empenho uma atividade bem elaborada pode ser proveitosa e proporcionar aprendizagem para os alunos. Com tantos desafios os professores foram verdadeiros guerreiros, assim, o trabalho do professor em intervir, por meio virtual, em seu cumprimento curricular foi de fundamental importância, pois, demonstrou maturidade na escolha do assunto e preocupação com os processos de ensino e aprendizagem de seus alunos.

Enfim, um ensino a distância nesse momento, é a realização de uma nova realidade para alunos e professores, voltado a atividades remotas, visa desenvolver um trabalho participativo, integrado, dinâmico, envolvendo todos os alunos e o professor, a fim de que se possam buscar caminhos que proporcionem aos alunos uma instrumentalização adequada para o exercício dos conhecimentos na área das quatro operações e a potenciação e assim reafirmando a ideia de uma educação cada dia mais comprometida com a formação continuada dos nossos professores. Mas, na verdade não é o que vemos na realidade, uma vez que, um desses contrapontos é com relação as muitas dificuldades que se apresentam nesse caminho da educação a distância. Pois a maior dificuldade, podemos assim dizer, é que nem todos aceitaram de bom grado as aulas remotas; muitos pais não tem condições de dar atenção necessária aos seus filhos durante as aulas remotas; muitos não tem acesso a internet ou equipamentos de qualidade; seja computadores e celulares, por exemplo. Muitos utilizam apenas um celular para várias crianças realizarem as atividades, ou precisam dividir um único computador (quando se tem um) e assim, causando danos ao processo de aprendizagem dessas crianças e jovens, e por fim, e muito importante, é a falta que este aluno sente do convívio escolar, pois abrir mão das aulas presenciais e se adaptar ao estudo on-line foi especialmente difícil para os alunos mais jovens.

3 A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DO CAMPO PARA AS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO

A implementação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo (CNE/CEB nº1. 3/04/02), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação a partir do diálogo com movimentos sociais é a tarefa prioritária da agenda da Coordenação-Geral de Educação do Campo. Neste sentido conforme Magela (2009, p. 34):

A meta é pôr em prática uma política de Educação que respeite a diversidade cultural e as diferentes experiências de educação em desenvolvimento, em todas as regiões do País, como forma de ampliar a oferta de educação de jovens e adultos e da educação básica nas escolas do campo.

Como podemos perceber, essa meta propõe caminhos de valorização do campo, que engloba os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, dos pescadores, dos caiçaras, dos ribeirinhos e dos extrativistas como espaço de inclusão social, a partir de uma nova visão de desenvolvimento. A formação de professores do campo é discutida e trabalhada pela coordenação de Educação do Campo, como principal estratégia.

A educação no campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo no seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas.

Desde julho de 2004, a Coordenação do MEC propôs uma série de seminários estaduais de educação do campo, nos quais os participantes, representantes de instituições e entidades ligadas às questões rural e educacional têm

a oportunidade de discutir estratégias para a implementação das diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, produzir subsídios, elaborar propostas para uma política nacional e criar uma esfera pública de tomada de consciência. Já foram realizados quatorze seminários este ano, reunindo cerca de 2.700 pessoas, e outros 13 estão previstos para acontecer até maio de 2005 (TRAVESSINI, 2015).

Os Seminários Estaduais têm o objetivo de diagnosticar e buscar soluções para combater as desigualdades do cotidiano escolar. A finalidade é incentivar a construção de relações baseadas no respeito e na valorização de milhares de brasileiros que tiram seu sustento da terra (BRASIL, 2002).

Nos Seminários, foram apresentados e debatidos as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, bem como os instrumentos destinados a dar apoio pedagógico aos projetos de Educação Profissional no Campo. Além disso, é realizado, em cada estado, o mapeamento de experiências educativas que estão obtendo sucesso no ingresso e na permanência de alunos nas escolas do campo, bem como experiências inovadoras que vêm ocorrendo fora da escola. (SILVA, 2012).

Para a realização destes seminários o Ministério da Educação contou com a parceria das secretarias estaduais e municipais de Educação, Conselhos Estaduais de Educação, Movimentos Sociais, Undime e Consed. É importante destacar que a mobilização de gestores, profissionais e entidades da educação é fundamental para a realização desse trabalho.

A educação do campo é uma modalidade de ensino que objetiva intensificar a inclusão da população do campo para usufruir de um direito que é assegurado a todos pela constituição que é o ensino. Dessa forma, sabemos que o ensino do campo necessita ser voltado para as peculiaridades do campo para que os alunos adquiram conhecimento das práticas de seu cotidiano e apliquem esse conhecimento. Não havendo a necessidade de sair do campo para adquirir aprendizagem ou qualificar-se profissionalmente na área urbana.

A Educação do campo é uma modalidade de ensino que tem como objetivo a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo. Portanto, trata-se de uma política pública que possibilita o acesso ao direito à educação de milhares de pessoas que vivem fora do meio urbano e que precisam ter esse direito garantido nas mesmas proporções em que é garantido para a população urbana (RODRIGUES; BONFIM, 2017, p. 1374).

Para tanto, a educação direcionada a este público precisa ser planejada de modo que se explore a cultura do campo, as atividades cotidianas desses alunos, ou seja, deve-se partir da necessidade de ensinar conteúdo específico onde eles possam aplicar na prática. Ainda para os autores Rodrigues e Bonfim (2017, p. 1374) a:

Educação do campo possui tal denominação não só apenas por sua localização espacial e geográfica, mas também pela cultura que a população camponesa possui que a diferencia da cultura das pessoas que vivem no meio urbano

Com isto, o uso de metodologias e conteúdos deve adequar-se a esta realidade sendo fundamentais para o desenvolvimento e permanência dos alunos em sala de aula. nesse contexto, é importante frisar que a terminologia do termo da Educação do campo não é anterior ao período de 1996, quando é estabelecida por lei, mas surge

logo após.

Tendo em vista a necessidade de se dar ênfase a Educação do campo, pois só assim as partes interessadas poderiam reivindicar melhorias no ensino. Para Rodrigues e Bonfim (2017, p. 1378) “o Estado tem o dever legal de garantir que o direito à educação seja satisfeito no meio rural, pois se trata de um direito subjetivo público” e uma vez que a educação é um direito de todos, todos devem ter direitos iguais sejam eles direcionados para a Educação básica regular ou para as modalidades de ensino. Para Munarim (2016, p. 497):

A terminologia “educação do campo” é recente, isto é, posterior à vigência da LDB. Surge no discurso dos movimentos sociais do campo, em 1998, ou seja, a partir da 1ª Conferência Nacional de Educação Básica do Campo. Foi aí que o conceito começou a ser deliberadamente construído por aqueles sujeitos protagonistas, que organizavam a conferência, tomando por base o próprio acúmulo de conhecimento e as estratégias para os momentos vindouros.

Mesmo após a ampliação e visibilidade do conceito, das reivindicações ainda há muitos problemas existentes nessa modalidade de ensino. Há muitos desafios que alunos e professores enfrentam nas escolas em áreas rurais como: a falta de recursos financeiros, a contratação de docentes que sejam qualificados especificamente para lecionar as disciplinas para esse público, pois a avaliação e os temas abordados em sala de aula são totalmente diferentes do que é ensinado na área urbana, além de transporte público para que esses alunos possam frequentar diariamente a escola. Segundo a LDB, Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, estabelece:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, s/p)

Desse modo nota-se que está previsto em lei o planejamento de atividades voltadas para as necessidades do aluno do campo, a adequação é primordial levando em consideração aspectos como citados no artigo 28 como modo de vida rural e as especificidades da região onde se localiza a escola. Além da adequação do calendário escolar de acordo com o período de trabalho dos alunos e também levando em consideração os dias que ficam inviáveis de os alunos irem à escola por questões de transporte.

Outro ponto são as metodologias aplicadas a esse público como já nos referimos anteriormente. O docente precisa ter a capacitação necessária para desenvolver suas aulas de acordo com a faixa etária dos alunos, com o grau de conhecimento, ou seja, o professor tem papel fundamental nesse processo de aprendizado do aluno e trabalhar de acordo com a diversidade do lugar, respeitando os conhecimentos prévios dos alunos faz com que eles sintam-se inseridos no ambiente escolar apropriados para o ensino que eles buscam.

Quando referimo-nos as metodologias aplicadas a essa modalidade sabemos que os recursos são limitados e que nem sempre é possível planejar aulas mais elaboradas para aplicar os conteúdos. Vale ressaltar que fazer uso das tecnologias em sala de aula pode trazer benefícios na aprendizagem além de auxiliar o professor

na explanação do conteúdo. A utilização de vídeos, mídias, datashow, pode colaborar para a dinamização das aulas, além de inserir os alunos em aulas que haja a utilização desses recursos.

De acordo com Chiofi e Oliveira (2014, p. 334):

[...], a tecnologia se bem utilizada pode beneficiar o trabalho pedagógico na escola, com propostas dinamizadoras do conhecimento e, para, além disso, como processo de comunicação e construção do saber escolar por alunos e professores.

Neste sentido, o auxílio dessas ferramentas torna-se possível também contribuir para que os alunos saibam fazer uso de equipamentos tecnológicos para seu uso, em apresentações escolares, contribuição em divulgação de seus trabalhos, entre outras oportunidades. É uma forma de inclusão dessas pessoas, obviamente de acordo com o grau de conhecimento dos mesmos. Ainda sobre as tecnologias educacionais:

[...] o termo remete-se ao emprego de recursos tecnológicos como ferramenta para melhorar a qualidade do ensino. Ao utilizar a tecnologia a favor da educação de qualidade, contribuimos na promoção do desenvolvimento socioeducativo, além da socialização do saber e da informação pelo aluno. Para tanto, há de considerar os benefícios didáticos da tecnologia na escola. (CHIOFI; OLIVEIRA, 2014, p. 334)

A inserção das aulas deve-se adequar a realidade escolar, ou seja, aos recursos disponíveis para aplicar o conteúdo, por isso um bom planejamento é necessário e cabe ao professor verificar os recursos disponíveis na escola caso ele não possua seu próprio material de trabalho. Incluir esses alunos em diferentes atividades é fundamental para que eles adquiram conhecimento necessário para inovar e ter mais possibilidades de até mesmo desenvolver pesquisas no campo.

É através da educação que as pessoas residentes do campo buscam melhorias de vida; é por meio do ensino e da qualificação dessas pessoas que eles procuram oportunidades de emprego, de participação de projetos que tragam a valorização do ambiente em que vivem.

Com implantação do conceito “educação do campo”, ocorre uma inclusão e conseqüente valorização das pessoas que habitam o meio rural, oferecendo lhes oportunidade de participarem, por meio de suas experiências, de programas produtivos, atuando na sociedade de forma igualitária, estabelecendo uma relação harmoniosa entre produção, terra e seres humanos, com relações sociais democráticas e solidárias. (ROSA; CAETANO, 2008, p. 23)

Segundo a opinião dos autores acima citada, a criação do conceito de educação do campo possibilita maior visibilidade das lutas e cultura do campo, como bem pontuados pelos autores e muitas pessoas tem a possibilidade de participar de programas onde há uma contribuição significativa para o campo. Porém, algumas vezes não é possível atingir o objetivo de se ter subsídio para se firmar na área rural profissionalmente e eles têm que buscar fora da área rural essa e aprendizagem e qualificação.

4 O USO DAS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA COVID-19 NAS ESCOLAS DO CAMPO

Os desafios e as perspectivas são muitas dentro de uma educação conectada, na verdade, é a mudança do modelo de educação presente no campo. A escola que temos no campo não prepara as crianças nem para o mundo urbano e nem para o mundo do campo (com suas diferentes expressões culturais, de organizar a vida, de convivência). Segundo Andrade (2016, p. 48).

Caminhos para uma Educação no Campo, quando se coloca o problema da educação do campo, grande parte de nossos governantes, secretarias de educação e intelectuais que se dizem pensantes da educação, partem do princípio que os grandes desafios estão na falta de estrutura, de professores preparados, de transporte escolar adequado, de material didático-pedagógico.

Neste sentido, Takahashi (2000, p. 78) explica que:

Educar em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam se uma atuação efetiva na produção de bens e serviços tomar decisões fundamentadas no conhecimento operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas.

Indo na contramão do que expõem Takahashi (2000), a educação aos moldes capitalista, nos condiciona a uma mera reprodução de informação e ainda nos submetem a condição de explorados, espoliados e nada mais. Souza (2005) ainda diz que:

Enquanto as escolas agro técnicas e os cursos de agronomia preparam jovens, quase todos oriundos do campo, para servirem as multinacionais e as regras do agronegócio, o que resta da educação no campo se afirmar como uma espécie de desaprovação do conjunto de sentimento sociocultural que faz parte da comunidade camponesa (SOUZA, 2005, p. 57).

Perante aos apontamentos de Souza (2005), podemos perceber que não se mostra, ou não se visualiza, nas escolas camponesas, as contradições presentes entre os que se afirmam donos das terras e os explorados nas relações capital trabalho. Takahashi (2000) diz que:

A atração que as novas tecnologias exercem sobre todos - de formuladores de políticas e implementadores de infraestrutura e aplicações de tecnologias de informação e comunicação até usuários de todas as classes e idades - pode levar a uma visão perigosamente reducionista acerca do papel da educação na sociedade da informação, enfatizando a capacitação tecnológica em detrimento de aspectos mais relevantes. Pensar a educação na sociedade da informação exige considerar um leque de aspectos relativos às tecnologias de informação e comunicação, a começar pelo papel que elas desempenham na construção de uma sociedade que tenha a inclusão e a justiça social como uma das prioridades principais (TAKAHASHI, 2000, p. 69)

Contudo, impôs-se aos trabalhadores do campo uma visão de campo

puramente capitalista: ou se produz e se reproduz a agricultura baseada no uso intensivo de fertilizantes químicos, de máquinas pesadas, agroexportadora, com muita terra a disposição e mão-de-obra especializada e não especializada, ou então não tem agricultura sustentável (MAGELA, 2009). Caldart (2012) explica:

Ainda que a Educação do campo se mantenha no estrito espaço da luta por políticas públicas, suas relações constitutivas a vinculam estruturalmente ao movimento da questão agrária, de projetos de agricultura ou de produção no campo, de matriz tecnológica, de organização do trabalho no campo e na cidade...E as disputas se acirram ou se expõem ainda mais quando se adentra o debate de conteúdo da política, chegando ao terreno dos objetivos e da concepção de educação, de campo, de sociedade, de humanidade (CALDART, 2012, p.261).

Isso é o que a mídia mostra todos os dias. Fazer a Reforma Agrária e organizar outro modo de vida no campo, com políticas públicas voltadas para os desafios postos pelas diferentes realidades culturais presentes nos diferentes sujeitos camponeses, são significados sociais e culturais que fogem a lógica do mercado neoliberal.

Esse caminho não é moderno, nem produz patrão e empregado, não trabalha com máquinas pesadas, não compra muitas sementes, nem insumos, não favorece a concentração da terra, não cria graves impactos ambientais, não cria autonomia nas pessoas e nem ajuda desenvolver pesquisas nas pequenas propriedades, enfim, gera apenas grandes negócios para grandes empresários da terra (ROSA; CAETANO, 2014).

O capitalismo sabe que transformar o campo em outro espaço de convivência humana, de produção, de intercâmbio, de gestação de outros sentimentos ambientais e reinvenção de outros valores, exige acabar com a expropriação e exploração da natureza (ANDRADE, 2016).

Negar esse modelo significa negar o agronegócio, os interesses das multinacionais, as políticas de preços, de commodities da famigerada organização mundial do comércio. Significa mexer na racionalidade puramente burguesa e esclerosada do capitalismo. A política que sustenta o agronegócio não tem coração, nem sentimento (SOUZA, 2005).

Para Brennand (2004, p. 122):

As tecnologias da mídia e do computador estão criando mudanças dramáticas que produzem uma exploração de retórica e que exaltam ao extremo os benefícios da supervia informacional em que se supõe que indivíduos consigam dados e entretenimento a seu dispor, insiram-se em novas comunidades virtuais e até mesmo criem novas identidades.

Tudo é movido por meio do dinheiro, de mentiras, de mitos, de números que formam verdadeiras constelações de relações abstratas, longe dos impactos sociais, culturais e ambientais que ficaram para trás. Ao colocarmos, com certa urgência, a necessidade de um projeto político-pedagógico de educação do campo, afirmado por uma política pública que busque realmente expressar a realidade camponesa, não podemos esquecer o acúmulo de experiências de educação popular, construídas e acumuladas a partir do final dos anos 60, principalmente por parte das Comunidades Eclesiais de Base (SCARPARI, 2014).

Foi exatamente no interior destas comunidades que milhões de camponeses vivenciaram experiências de educação popular, onde muita gente aprendeu a ler e

escrever a partir das lendas dos povos, leituras de mundo das famílias camponesas. Entendemos que é preciso desentulhar todas as experiências que foram registradas e engavetadas, e transformá-las em referenciais para o projeto de educação do campo que estamos construindo.

Fazem parte deste patrimônio, as pedagogias que buscaram incluir o ser humano como sujeito e que muito contribuíram nas trocas de saberes entre trabalhadores e trabalhadoras (TRAVESSINI, 2015).

O Brasil precisa se dar ao trabalho de reconhecer seu profundo descaso em relação ao saber popular camponês. Saberes profundos que se originaram de nossas três matrizes socioculturais: afro, indígena e europeu. Estes saberes estão alicerçando continuamente no processo de construção do existir do povo brasileiro.

Eles aparecem em festas populares, na agricultura, tratamentos de doenças com plantas medicinais, nos conhecimentos matemáticos e químicos que aparecem nas formas de plantios, nas observações das fases da lua, no ceifar e no guardar os produtos e nos tempos de cada plantio. Não se pensou, infelizmente, uma política de educação, nem linhas pedagógicas que respeitem estes saberes e aproximem de outros saberes (ANDRADE, 2016).

Entendemos o processo educativo como um conjunto de ações pedagógicas, de organizações curriculares desde o ensino infantil ao ensino superior, envolvendo todos os responsáveis pela construção deste novo ser humano camponês.

A luta pela terra requer de nós uma política pedagógica que ajude ao campesinato a garantir tudo o que foi acumulado em seus imaginários, nas frestas lendárias onde os saberes se afirmam como identidade e como legado histórico.

Na evolução do sistema de ensino brasileiro, tem sido determinante o fator da localização da população no que se refere à oferta de oportunidades de escolarização, podendo ser considerada muito alta a correlação positiva entre urbanização e oferta de ensino.

Em contrapartida, em que pesem todas as transformações ocorridas na ampliação das oportunidades de ensino, sobretudo após os novos marcos legais instituídos pelas Constituição e Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9.394/96, não houve alteração significativa na histórica defasagem do atendimento aos povos do campo em todos os níveis e modalidades com exceção em certa medida ao primeiro segmento do nível fundamental.

Na causa de tão evidente descompasso encontra-se a compreensão de que o meio rural, do princípio da nossa história até a metade do século XX, se caracterizava pelo latifúndio, pela monocultura e pelo recurso a técnicas de produção muito rudimentares, podendo prescindir da educação e mesmo da alfabetização.

A educação só veio a se consolidar como uma demanda dos segmentos populares com a intensificação do processo de industrialização e a transferência da mão-de-obra dos setores tradicionais para o moderno, o que ocorre a partir de 1930. Surgem nessa época os movimentos em defesa da escola pública, gratuita e laica, com as responsabilidades da escolaridade elementar assumidas pelo Estado.

Dada a forma como se desenvolveu a agricultura no Brasil, com ausência da provisão de recursos públicos, dentre os quais, a escola, a expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas áreas em que mais avançaram as relações de produção capitalistas, de caráter espoliador dos povos do campo e do meio ambiente.

Finalmente, a partir dos anos 90, os povos organizados do campo conseguem agendar na esfera pública a questão da educação do campo como uma questão de interesse nacional ou, pelo menos, se fazem ouvir como sujeitos de direito.

E o Ministério da Educação, a partir do atual Governo, finalmente abre-se à

construção de uma política nacional de educação do campo, que vem sendo construída em diálogo com as demais esferas da gestão do Estado e com os movimentos e organizações sociais do campo brasileiro.

É criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e, na sua estrutura é criada a Coordenação-Geral de Educação do campo que está a coordenar um “movimento nacional” de construção dessas políticas de educação para o campo.

Numa perspectiva contrária à Educação do Campo, a BNCC enfatiza que, “ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências, gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem

Ao se apresentar uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica em todos os espaços, sejam eles cidade ou campo julga-se que em ambos, direitos e aprendizagem imediatamente serão consolidados no instante em que a Base foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2017.

A Base é uma proposta de atualização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados em 1997 sendo que as discussões para sua construção estão associadas à LDB 9394/1996, e foram retomadas em 2010, na Conferência Nacional de Educação (CONAE). Em 2014, é publicada a Lei 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 10 anos, e onde se incluíram quatro metas que tratavam especificamente da construção da base.

Destacando que no cenário atual existem entendimentos diferenciados sobre a concepção de educação que deverá referenciar prática pedagógica e as lutas sociais. Os movimentos sociais têm defendido o paradigma da Educação do Campo, uma educação definida coletivamente pelos próprios sujeitos desse local. Que não se faz sem esses sujeitos (SCARPARI, 2014).

Esses sujeitos são os protagonistas da educação que se realiza nesse âmbito. Uma educação que quer expressar os interesse e necessidades de desenvolvimento dos sujeitos que vivem, trabalham e são de lá, e não meramente reproduzir os valores do desenvolvimento urbano, entendida não como um fim em si mesma, mas como um instrumento de construção da hegemonia de um projeto de sociedade: Excludente, Democrática e Plural.

A educação parte do reconhecimento de que no meio rural existe uma pluralidade de sujeitos que podem conviver numa relação dialógica e fraterna. Uma educação que contribui para a construção de outra relação entre a zona urbana e rural, enfrentando a hierarquia e a desigualdade atualmente existentes. A Educação do Campo se realiza no conjunto dos Movimentos sociais, das lutas e organizações desses sujeitos (SCARPARI, 2014).

É um projeto da Classe trabalhadora do campo para todas as pessoas que lá estão e não somente para aqueles que se encontram engajados nos movimentos sociais. As elites rurais têm defendido o paradigma da EDUCAÇÃO RURAL, está por sua vez apresenta-se como uma educação definida pelas elites (grupos de maior poder nos vários campos da sociedade) para esses sujeitos.

Uma educação que veicula uma concepção “urbano-cêntrica” de vida e desenvolvimento, a qual dissemina um entendimento generalizado de que o espaço urbano é superior ao meio rural, de que a vida na cidade oferece o acesso a todos os bens e serviços públicos, de que a cidade é o lugar do desenvolvimento, da tecnologia e do futuro, enquanto o meio rural é o lugar do atraso, da ignorância, da pobreza e da falta de condições mínimas de sobrevivência (BRASIL, 2002).

Os defensores dessa concepção afirmam ainda que a diferenciação entre o

rural e o urbano não faz mais sentido, uma vez que o modo de vida do camponês está em processo de extinção e a única possibilidade de sobrevivência das populações do campo seria a sua integração ao modelo de vida da cidade, à agroindústria de grande porte e a sua subordinação às exigências mercadológicas da agricultura capitalista, o Agronegócio (ROSA; CAETANO, 2014).

Visa-se uma educação que não leva em consideração os conhecimentos que os alunos trazem de suas experiências e de suas famílias; que desvaloriza a vida rural, diminuindo a autoestima dos alunos e descaracterizando suas identidades; que fortalece o ciclo vicioso que desses sujeitos realizam: “*de estudar para sair do campo*” ou “*de sair do campo para estudar*”, fortalecendo o processo de migração rural-urbano; que se constitui enquanto um instrumento de reprodução e expansão da estrutura agrária e de uma sociedade excludentes (SCARPARI, 2014).

A Educação se constitui numa ação “emancipatória”, incentiva os sujeitos a pensar e agir por si próprios, assumindo sua condição de sujeitos da aprendizagem, do trabalho e da cultura. Emancipar significa romper com a tutela de outrem, significa ter a possibilidade de tomar suas próprias decisões, segundo seus interesses e necessidades (SILVA, 2012).

Dessa forma o uso das novas tecnologias visam todo um aparato na medida que invade todos os espaços sociais, e assim a escola na poderia ser diferente. Querendo neste momento atingir metas e estratégias a serem alcançadas, tais como mobilizar os professores para a elaboração do Plano de estratégias na atuação do Supervisor Escolar ou Coordenador Pedagógico caracterize-se como elemento essencial ao planejamento das ações a serem executadas mediante o referido projeto, devendo oferecer todo o suporte pedagógico necessário aos docentes, através da dinâmica de comunicação online, contando com irrestrito apoio.

Dessa forma, visam oferecer alternativas que resgatem a rotina de estudos e assim contribuir com o processo de aprendizagem durante o período de suspensão das aulas, em razão da COVID-19. Quanto a mobilização dos professores para elaboração das atividades, com estratégia de organização de grupos por meio de aplicativo de mensagens (WhatsApp). Levantamento dos quantitativos de livros didáticos nas instituições escolares; e levando em consideração da disponibilização de horário do docente para orientação das atividades através do aplicativo WhatsApp.

Sendo assim, a preparação das atividades impressas para os alunos, de forma que serão necessários selecionar os professores, por segmento e ano de ensino, que ficaram responsáveis por tais atividades; (mediante solicitação da secretaria de educação). Outro ponto importante é a distribuição de livros didáticos aos alunos acompanhados de roteiro de atividades/estudos devidamente planejados e orientados pelos professores.

A escola disponibiliza de material e pessoal, dentro do controle de entrada e saída, para não causar prejuízos a saúde nem o bem estar de seus profissionais. Os planos estratégicos escolares trazem as novas tecnologias como recurso fundamental para as escolas e assim o regime especial de ensino remoto emergencial visa criar canais de comunicação com os estudantes e os pais. Organização de grupos por meio de aplicativo de mensagens (WhatsApp) para conexão de alunos, pais, professores, escola; é necessário ter em mente que quando não houver contato por mensagens, serão utilizadas outras mídias (Facebook, Instagram).

O que se deve também mencionar que o uso das novas tecnologias foi uma alternativa que possibilitou a comunicação com os pais e responsáveis, assim, avisando sempre da entrega das atividades para os alunos, de acordo com o planejamento pedagógico, afim de, suprir as necessidades de aprendizagens

consideradas pelos docentes essenciais. Nesse sentido os professores encaminham à escola, por e-mail, essas atividades, que deverá responsabilizar-se pela reprodução e distribuição das mesmas, e quando houver possibilidades as atividades devem ser enriquecidas através do uso de ferramentas de suporte. Não sendo diferente no que condiz com a educação do campo, pois todos

A educação é tida como um favor e não como um direito! Para reafirmar o entendimento de Educação do campo como direito e não como favor, temos que apresentar políticas públicas sociais e educacionais que sejam elaboradas de nosso próprio lugar. Que tenham a nossa cara, o nosso jeito de ser, de sentir, de agir e de viver (SCARPARI, 2014, p. 59).

A educação é dada aos indivíduos para suprir suas carências mais elementares, uma Educação supletiva. Transmite-se a cada indivíduo somente os conhecimentos básicos, pois se acredita não ser necessário aos sujeitos do campo, que lidam com a roça, aprender conhecimentos complexos, que desenvolvam sua capacidade intelectual.

Ou sejam a educação, isoladamente, pode não resolver os problemas do campo e da sociedade, mas é um dos caminhos para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo alcançou as expectativas porpostas, uma vez que, inicialmente, buscou-se compreender a sociedade educacional atual a partir do traçado de um perfil panorâmico sobre os campos da política, da economia, da produção, da ciência, da educação e da cultura. Essa compreensão da sociedade contemporânea, que devido a sua complexidade e a Pandemia da Covid-19 que se instalou, tem recebido diversas críticas, mas que, através de recursos, como os tecnológicos ainda pode-se acalmar a situação de regresso da educação.

Através de novas práticas sociais sistemáticas e intencionais, identificadas ao longo das indagações deste trabalho e dos conceitos e autores debatidos, tendo por finalidade a formação do indivíduo, identificou-se que o uso das tecnologias e a formação continuada do professor são essenciais para sua prática, pensamento e ação, articulando-se a um determinado desenho social, político, econômico e cultural que produz processos de formação de estudantes e de professores.

Destaca-se também, o reconhecimento da construção dos pensamentos e ideais acerca da atuação do mesmo com a realidade do uso das tecnologias, que objetivaram identificar, analisar e discutir as demandas educacionais postas por esta sociedade e os processos de formação de professores visando atender a tais demandas. De maneira geral, o estudo bibliográfico e descritivo foi bastante importante para reconhecer os processos que cabem a educação do campo na atualidade, bem como a realidade imposta pelo uso das tecnologias em prol da educação.

Diante da precariedade do capital sociocultural, decorrente do desamparo histórico a que a população do campo vem sendo submetida, e que se reflete nos altos índices de analfabetismo, a oferta de um ensino de qualidade é uma ação prioritária para o resgate social dessa população, bem como a falta de uma busca constante por qualificação do profissional, as principais contribuições deste estudo são fundamentais para reconhecer a formação de professores como um norte positivo

para a educação como um todo, e em especial, aos que atuam na educação do campo e para o contexto geral da educação.

REFERÊNCIAS

- ALLWRIGHT, D. Teacher training and teacher development: integration and diversity. Ankara, Turkey: BilkentUniversity. 2001. Disponível em Acesso em 28 nov. 2020.
- ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em perspectiva: Dados básicos para uma avaliação. Disponível em:
http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2311/1/ensaio_introdutoriopronera.pdf Acesso em: 01 out. 2020.
- ARROYO, Miguel G. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. The Social Movements and the construction of other curricula. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. Editora UFPR, 2015.
- BRASIL. Constituição Federal do Brasil de 1988. BRASIL. Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 08/12/2018.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 01 out. 2020.
- BRASIL. Lei 12.960/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm#art1 Acesso em: 01 out. 2020.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente –Lei 8069/90. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 01 out. 2020.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 08/12/2018.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Secretaria da Educação do Estado do Paraná. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf Acesso em: 01 out. 2020.
- BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Resolução 01 de abril de 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 10 nov. 2016.
- BRASIL. PRONERA – Educação na reforma agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/educacao_pronera Acesso em: 01/02/2018.
- BRASIL. SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. <http://portal.mec.gov.br/secad/index.php?option=content&task=view&id=128>. Acesso em: 01 out. 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRENNAND, Edna; GALVÃO, Neuma. Múltiplos saberes e educação. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2004.
- CASALI, Derli. Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). 2000.
- JESUS, José Novais de. A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1334-3798-1-PB.pdf>

Acesso em: 01 out. 2020.

CALAZANS, M. Julieta Costa. Para compreender a educação do estado no meio rural. Traços de uma trajetória. In: TERRIEN, Jaques; CALAZANS, M. Julieta Costa. Educação e Escola no campo. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salete. Dicionário da Educação do Campo. (Verbetes). Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012. CHIOFI, L. C.; OLIVEIRA, M. R. F. O uso das tecnologias educacionais como ferramenta didática no processo de ensino e aprendizagem. Londrina, UEL, 2014.

MAGELA, Geralda. Movimentos sociais defendem educação no campo voltada para a realidade do jovem rural. http://www.creditofundiario.org.br/comunicacao/one-entry?entry_id=75679. Acessado 02 out. 2020

MUNARIM, Antônio. Educação do campo e LDB Uma relação quase vazia. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 493-506, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 01 out. 2020.

ROSA, Daniela Souza da; CAETANO, Maria Raquel. Da educação rural à educação do campo: uma trajetória...seus desafios e suas perspectivas, 2008. Disponível em: <<http://www.portaltrilhas.org.br/download/biblioteca/da-educacao-rural-a-educacaodocampo.pdf>> Acesso em: 01 out. 2020.

RODRIGUES, H. C. C. ; BONFIM, H. C. C. . A educação do Campo e seus aspectos legais. XIV Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2017. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25287_12546.pdf> Acesso em: 01 out. 2020.

SCARPARI, Karini Aparecida. PROJETOS DE VIDA NO ESPAÇO RURAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, PR: JUVENTUDE, GÊNERO, EDUCAÇÃO E TRABALHO. 2014. 30p. Trabalho de Conclusão de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

SILVA, Lourdes Helena da. As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias? Viçosa: UFV, 2003. SOUZA, Claudia Moraes de Discursos Intolerantes: O Lugar da Política na Educação Rural e a Representação do Camponês Analfabeto. 3. ed. São Paulo: Histórica, 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao03/materia02/> Acesso em: 01 out. 2020.

SILVA, Lourdes Helena da. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância. 2012.

TAKAHASHI, Tadao. Sociedade da informação no Brasil: livro verde / organizado por Tadao Takahashi. – Brasília. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TRAVESSINI, Desideri Marx. Educação do Campo ou Educação Rural? Os conceitos e a prática a partir de São Miguel do Iguaçu, PR. 2015. 53p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

VILELA JUNIOR, Guanis de Barros. A pesquisa qualitativa. 2014. Disponível em: www.guanis.org/metodologia/a_pesquisa_qualitativa.pdf Acesso em: 28 nov. de 2020.